

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO

[VILA FRANCA DE XIRA]

2026



VERSÃO 1.4
18/12/2025

ÍNDICE

I - TRAMITAÇÃO	3
Parecer	3
Aprovação	3
Revisão	3
Prazos de revisão	4
II – FICHA TÉCNICA	5
III - SUMÁRIO EXECUTIVO	6
IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL	13
IV.1 – Projetos de valorização dos espaços rurais	13
IV.2 – Projetos de cuidar dos espaços rurais	15
IV.3 – Projetos de modificação de comportamentos	22
IV.4 – Projetos de gestão eficiente do risco	28
V– ANEXOS	32
V.1– Projetos sem declinação Municipal	32
V.2 – Matriz de Avaliação do risco	38
V.3 – Cartografia de detalhe	39
V.4 – Glossário	41

I - TRAMITAÇÃO

PARECER

O Programa Municipal de Execução (PME) de Vila Franca de Xira, foi enviado para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa (CSubR AML), em 30/06/2025, nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido parecer favorável em 04/12/2025.

APROVAÇÃO

O Programa Municipal de Execução de Vila Franca de Xira foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (CMGIFR), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022, realizada em Vila Franca de Xira em 18/12/2025.

REVISÃO

A revisão do PME terá uma periodicidade anual e consiste na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. No processo de revisão podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível inferior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no PNGIFR. Nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

PRAZOS DE REVISÃO

A CMGIFR de Vila Franca de Xira, realizará o levantamento de necessidades e definem prioridades para o ano seguinte que remeterá para parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do art.º 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

O Presidente da Comissão



II – FICHA TÉCNICA

O PME de Vila Franca de Xira foi elaborado pelo município de Vila Franca de Xira, tendo recebido contributos de entidades com assento na comissão, conforme o estipulado no nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro de 2021, em cumprimento do anexo 2 do Despacho nº 9550/2022 de 4 de agosto. A seguinte tabela apresenta a ficha técnica de autores.

CMGIFR de Vila Franca de Xira		
Entidade	Cargo	Representante
Município de Vila Franca de Xira	Presidente	Fernando Paulo Ferreira
Município de Vila Franca de Xira	Coordenador Municipal Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	António Carvalho
Juntas de Freguesia (Representantes)	Presidente da União de Freguesias da Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras	Florinda Roque
	Presidente da União de Freguesias da Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz	Nuno Marques da Silva
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Chefe de Núcleo Sub-Regional da AML	Alexandre Nogueira
Guarda Nacional Republicana (GNR)	Comandante em Suplência Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira	Capitão Afonso Viana
Polícia de Segurança Pública (PSP)	Comandante Divisão Policial de Vila Franca de Xira	Subintendente Bruno Pereira
Bombeiros Voluntários de Alhandra	Comandante	Sílvia Lopes
Bombeiros Voluntários de Alverca	Comandante	Alberto Fernandes
Bombeiros Voluntários da Castanheira do Ribatejo	Comandante	Bartolomeu Castro
Bombeiros Voluntários da Póvoa de Santa Iria	Comandante	Sandro Lopes
Bombeiros Voluntários de Vialonga	Comandante	Gonçalo Guiomar
Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira	Comandante em Regime de substituição	Paulo Carolino

Diretor - Programa Municipal de Execução de Vila Franca de Xira (PME de Vila Franca de Xira)
 Fernando Paulo Ferreira (Presidente da Câmara)

Coordenador - PME de Vila Franca de Xira
 António Carvalho (Serviço Municipal de Proteção Civil)

Autora - PME de Vila Franca de Xira
 Marta Neves (Gabinete Técnico Florestal)

Colaboração - PME de Vila Franca de Xira
 Patrícia Pécurto (Gabinete Técnico Florestal)

III - SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Nacional de Ação (PNA), é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade, por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação (PSA) declina os grandes objetivos à escala sub-região. Este converte os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os PME e, em sentido inverso, captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

Os PME de gestão integrada de fogos rurais adaptam à escala municipal o programa sub-regional de ação que lhes dá origem, identificando, de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados.

A atribuição de prioridade aos projetos identifica claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, calendários de execução e recursos necessários, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR, para inclusão no PME.

Os PME são elaborados pelos municípios, em articulação com as CMGIFR, de acordo com as prioridades definidas no PSA, propondo as ações a executar no município, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR.

O PME define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A CMGIFR de Vila Franca de Xira foi constituída em 12 de abril de 2022 (Ata nº 1/2022).

O PME de Vila Franca de Xira conta com 12 projetos transpostos do PSA-AML, caracterizando as ações detalhadas a executar.

Nos termos da Lei, este PME é aprovado pela CMGIFR de Vila Franca de Xira, tendo sido sujeito a parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa (CSubR GIFR AML).

A figura 1 apresenta a extensão do município, definindo as áreas de implementação dos projetos, não obstante a cartografia individual figurar na cartografia de detalhe (Anexo V.3).



Níveis de adequação dos Projetos

A tabela seguinte resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave do PSA e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Orientação estratégica	Projeto	PRA	PSA	PME
	1.1.2.2 Cadastro	E	E 	
	1.1.3.2 Emparcelamento	E		
	1.2.1.1 Gestão Agregada	E	E 	E
	1.2.1.2 PRGP	R		
	1.2.2.1 Multifundos	E	R	
	1.2.2.2 Certificação	E	E	
	1.2.2.4 Economia Rural	E	R	
	1.2.2.5 Multifuncionalidade	E	R	
	1.2.3.2 Remuneração de Proprietários	M	R	
	2.1.1.1 AIGP	E		
	2.1.1.2 Serviços de Ecossistemas	E	E 	
	2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	E	E	E
	2.1.1.4 Transposição PROF	M	M	E
	2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	R	R	
	2.2.1.2 Rede Primária	E		
	2.2.1.3 Rede Secundária	M	E 	E
	2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	M	E 	
	2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	E	E 	
	2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	M	E	
	2.2.1.7 Pastoreio Extensivo	M	E	
	2.2.1.9 Uso do Fogo	M	E 	
	2.2.2.1 Compostagem	M	E	E
	2.2.2.2 Biomassa	M	E	
	2.3.1.1 Defesa pelos Privados	M	E	E
	2.3.1.2 Condomínios de Aldeia	M	E	
	2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	M	E	
	3.1.1.2 Queimas e Queimadas	M	E 	E
	3.1.1.3 MARQ	M		
	3.1.2.1 Vigilância	M	E 	
	3.1.2.2 Forças Armadas	M	M	



3.1.2.3 RVDI

E

E

3.1.3.3 Investigação e causas

E

E

3.2.1.1 Comunicação Integrada

E

E

3.2.1.2 Comunicação de Proximidade

M

E

E

3.2.1.3 Comunicação em Emergência

M

E

E

3.2.1.4 Formação de OCS

E

E

3.2.2.1 Práticas Pedagógicas

M

E

E

4.1.1.2 Dados Meteorológicos

M

E

4.1.2.1 Comissões SGIFR

E

E

E

4.1.2.2 Programação e Dimensionamento

R

R

4.1.2.3 Programas de Ação

E

E

E

4.1.2.4 Normas Técnicas

E

E

4.1.3.1 Orçamento

R

R

4.2.2.1 Monitorização

M

E

4.2.2.3 Lições Aprendidas

E

E

4.3.1.1 Projeto Piloto

4.3.2.3 Supressão

R

R

4.4.1.3 Formação e Qualificação

M

E



Nota: O PNA não está indicado na medida em que todos os projetos têm reflexo no Programa Nacional de Ação.

Legenda

M

Monitoriza

Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior

E

Executa

Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)

R

Reporta

Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)

Sem intervenção

Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado



Projeto Chave

Projetos com mais impacto na implementação da Estratégia sub-regional e concretização de resultados.

Cronograma de Execução

A tabela abaixo apresenta o cronograma anual de execução dos projetos com declinação no PME para o ano de 2026.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.2.1.1	■	■	■	■						■	■	■
2.1.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.1.1.4	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.1.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
2.2.2.1	■	■	■	■	■	■				■	■	■
2.3.1.1		■	■	■								
3.1.1.2	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
3.2.1.2			■	■	■	■	■			■	■	■
3.2.1.3			■	■	■							
3.2.2.1	■	■	■	■	■					■	■	
4.1.2.1			■			■			■			■
4.1.2.3	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Orçamento

A tabela 2 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. O PME de Vila Franca de Xira conta com um orçamento global de **694 955,27 €** (Seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos).

Projetos	Principais Metas	Orçamento
1.2.1.1 Gestão Agregada	Contrato programa Fase1 estabelecido na ZIF de Vila Franca de Xira.	25 000,00 €
2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	Elaboração de relatórios de estabilização de emergência em áreas > 500 ha, e intervir no prazo máximo de 15 dias.	0,00 €
2.1.1.4 Transposição PROF	PDM com PROF transposto.	4 450,00 €
2.2.1.3 Rede Secundária	Gestão de combustível efetiva na rede secundária (571,20ha).	568 490,00 €
2.2.2.1 Compostagem	Redução do N.º de pedidos de queimas (10%). Redução do N.º de ignições (10%).	35 200,00 €
2.3.1.1 Redes de Defesa pelos privados	Situações de incumprimento monitorizadas / sinalizadas (100%). Taxa de cumprimento voluntário sobre o monitorizado (70%). Autos por tipologia (30%).	50 973,60 €
3.1.1.2 Queimas e Queimadas	Taxa de resposta aos pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas (100%). Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas (100%). Acidentes em queimas e queimadas (0).	0,00 €
3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	Ações de sensibilização locais (4). Ações das redes sociais (4). Cidadãos abrangidos pelas iniciativas (3000).	4 750,00 €
3.2.1.3 Comunicação em Emergência	Elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência (1 representante por entidade). Entidades capacitadas para comunicar em contexto de emergência (19).	1 741,67 €
3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	Alunos participantes em iniciativas orientadas para a prevenção de incêndios, proteção e valorização da Floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas (50). Escolas/ Agrupamentos de escolas que desenvolvem iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais (2%).	4 350,00 €

4.1.2.1 Comissões SGIFR	Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais - Concluída (1). Reuniões da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (4).	0,00 €
4.1.2.3 Programas de Ação	PME aprovado (1). PME monitorizado (1). Execução do PME (20%).	0,00 €
TOTAL	-----	694 955,27 €

Norma habilitante

Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Referência

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, que aprova o Programa Nacional de Ação do PNGIFR (primeira iteração).
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).
- Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, que regulamenta os Instrumentos de Planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais estabelecendo as regras técnicas de elaboração, consulta pública, aprovação, e conteúdos dos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Decreto-Lei nº 49/2022, de 19 de julho, que altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.
- Decreto-Lei nº 56/2023, de 14 de julho - Altera o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais para enquadrar a aplicação da metodologia de adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança.
- Despacho n.º 4223/2025, 3 de abril, regulamenta as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

Data deste documento

18 de dezembro de 2025

IV – PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO MUNICIPAL

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

Cada ficha de projeto apresenta a seguinte legenda:

- Matriz rascif: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza;
- Cadeia de processos: PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

IV.1 – PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS RURAIS



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS						1.2.1.1				
Objetivos - Promover a gestão florestal através da reativação de figuras associativas. - Incentivar iniciativas de gestão agregada de pequenas propriedades. - Atualizar o PGF da ZIF de Vila Franca de Xira ao PROF LVT. Principais resultados esperados - Melhor planeamento e comunicação entre proprietários ou gestores. - Redução dos custos de exploração.					Principais entidades envolvidas					
					R	ICNF, OPF's, Entidade Gestora de ZIF				
					A	ICNF				
					S	ICNF, Município, OPF's, Entidade gestora de ZIF				
					C	Comissão SUB-REGIONAL GIFR, Comissão MUNICIPAL GIFR				
I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR, Comissão MUNICIPAL GIFR									
F	ICNF									
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento Global do Projeto neste PME: 25 000,00 €										
Indicadores					Unidade		Meta			
1) N.º entidades aderentes					%		50			
2) Área de ZIF com atividade silvícola					ha		42			
3) Contrato programa Fase 1 estabelecido com PGF					Nº		1			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)										

Ameaças: - Baixa adesão dos proprietários à ZIF; - Ausência de instrumentos de financiamento de apoio às entidades gestoras das ZIF, para reativar a gestão ativa dos espaços florestais. Resolução Geral: Reforço de instrumentos de financiamento para a elaboração de Contratos programa Fase1, nas ZIF.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Manutenção da ZIF Vila Franca de Xira								FA , PRR, PO			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x						x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso	Custo [€]			
a) Contrato programa Fase1 na “ZIF de Vila Franca de Xira”							OPF	25 000,00 €			
							Total (€)	25 000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) Ameaças: Falta de recursos financeiros para a implementação de Contratos programa Fase1. Resolução Geral: Reforço dos instrumentos de financiamento para a elaboração de Contratos programa Fase1, para a ZIF de Vila Franca de Xira.											
Observações: - Na eventual ausência de financiamento, ou em caso de inelegibilidade nos instrumentos de apoio disponíveis, a meta definida para o ano de 2026 não será passível de concretização. - No Anexo V.3 (Cartografia de Detalhe) consta o mapa referente a esta ficha de projeto (página 40).											

IV.2 – PROJETOS DE CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500 HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS										2.1.1.3
Objetivos - Intervir nas áreas ardidas de mais de 500 hectares em colaboração com as entidades locais na realização de ações de recuperação e reordenamento do território de forma a apoiar as comunidades afetadas pelos incêndios e assegurar a reabilitação da economia e paisagem local. Principais resultados esperados - Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio. - Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento.	Principais entidades envolvidas									
	R	ICNF, Município, proprietários privados								
	A	Comissão MUNICIPAL GIFR								
	S	Município, OPF's, Privados, APA, JF, AML, Entidade gestoras de ZIF								
	C	ICNF, Comissão SUB-REGIONAL GIFR, AML, Comissão MUNICIPAL GIFR								
	I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR, OPF's, Privados								
	F	ICNF								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 0,00 €										
Indicadores					Unidade		Meta			
1) % de execução física e financeira dos projetos de intervenção em hectares recuperados (ha e %)					%		100			
2) % de ha tratados trimestralmente					%		100			
Gestão de risco do projeto										
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4)										
Ameaças: Ausência de instrumentos de financiamento para projetos de recuperação de áreas ardidas em propriedade privada.										
Resolução Geral: Reforço de instrumentos de financiamento para a estabilização de emergência imediatamente após o incêndio.										
Iniciativa n.º 1					Fonte Financiamento					
Assegurar a intervenção em áreas ardidas nas 3 fases da recuperação no âmbito da estabilização de emergência, da reabilitação, e da reposição da capacidade produtiva em articulação com as entidades locais					FA, FEADER, OE, PEPAC (A aguardar fontes de financiamento)					

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo (€)		
a) Recursos humanos							ICNF, OM		0,00 €		
TOTAL (€)									0, 00 €		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 – Alto (S4; P4)											
Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto.											
Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)										2.1.1.4											
Objetivos Adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais.					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município</td></tr><tr><td>A</td><td>DGT</td></tr><tr><td>S</td><td>ICNF</td></tr><tr><td>C</td><td>ICNF, DGT, CCDR, Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>I</td><td>DGT</td></tr><tr><td>F</td><td>ICNF</td></tr></table>					R	Município	A	DGT	S	ICNF	C	ICNF, DGT, CCDR, Comissão MUNICIPAL GIFR	I	DGT	F	ICNF
R	Município																				
A	DGT																				
S	ICNF																				
C	ICNF, DGT, CCDR, Comissão MUNICIPAL GIFR																				
I	DGT																				
F	ICNF																				
Principais resultados esperados Integração do PROF-LVT, na revisão do PDM de Vila Franca de Xira.																					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 4.450,00 €																					
Indicadores					Unidade		Meta														
1) PDM com PROF transposto					N.º		1														
Gestão de risco do projeto																					
Risco Total: 8 - Moderado (S2; P4)																					
Ameaças: Atraso no processo de revisão do PDM de Vila Franca de Xira.																					
Resolução Geral: Garantir a transposição do PROF para o PDM, dentro dos prazos legais.																					
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento														
• Garantir a transposição adequada do PROF para o PDM							OM														
Calendarização																					
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez										

	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Recursos											
	Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
	a) Prestação de serviços para revisão do PDM de Vila Franca de Xira						OM		4.450,00 €			
	TOTAL (€)								4.450,00 €			
	Gestão de risco da iniciativa											
	Risco Total: 8 - Moderado (S2; P4)											
	Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto.											
	Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											
	Observações:											
	O prazo para adaptação dos PDM aos PROF previsto no RJIGT terminou a 31 de dezembro de 2024, (Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, o prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT). De acordo com o previsto na Lei n.º 53-A/2025, de 9 de abril, os PDM podem ver as suas normas urbanísticas suspensas, caso os municípios não demonstrem fundamentadamente que a conclusão da revisão deste IGT se encontra em conclusão ou cujo atraso tenha ocorrido por motivos que não lhes seja imputado.											

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA					2.2.1.3																
Objetivos - Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, zonas edificadas, infraestruturas e equipamentos de interesse público. Principais resultados esperados - Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios.					Principais entidades envolvidas <table><tr><td>R</td><td>Município, REN, E-Redes, IP, BRISA, proprietários privados</td></tr><tr><td>A</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>S</td><td>Município, REN, E-Redes, IP, BRISA, proprietários privados</td></tr><tr><td>C</td><td>Comissão SUB-REGIONAL GIFR</td></tr><tr><td>I</td><td>Comissão MUNICIPAL GIFR</td></tr><tr><td>F</td><td>GNR, PSP</td></tr></table>					R	Município, REN, E-Redes, IP, BRISA, proprietários privados	A	Comissão MUNICIPAL GIFR	S	Município, REN, E-Redes, IP, BRISA, proprietários privados	C	Comissão SUB-REGIONAL GIFR	I	Comissão MUNICIPAL GIFR	F	GNR, PSP
R	Município, REN, E-Redes, IP, BRISA, proprietários privados																				
A	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
S	Município, REN, E-Redes, IP, BRISA, proprietários privados																				
C	Comissão SUB-REGIONAL GIFR																				
I	Comissão MUNICIPAL GIFR																				
F	GNR, PSP																				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC													
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 568.490,00 €																					
Indicadores					Unidade		Meta														
1) Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária					ha		571,520 ha														
Gestão de risco do projeto																					
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)																					
Ameaças:																					
- Os recursos financeiros para a execução da totalidade da rede secundária, são reduzidos; - Reduzida janela de oportunidade para executar as faixas de gestão de combustível, face às condições meteorológicas e prazos limites estabelecidos;																					

A falta de mão-de-obra para execução dos trabalhos de gestão de combustível, face aos prazos e condições meteorológicas.											
Resolução Geral: Garantir recursos financeiros para a execução da rede secundária.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Executar e monitorizar a gestão de combustível na rede secundária de faixas								OM, gestores das infraestruturas e proprietários privados			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo (€)		
a) Execução de FGC Municipais (Rodovia) – 11,75ha						Município			11.750,00 €		
b) Execução de FGC IP (Rodovia) – 15,78ha						IP			15.780,00 €		
c) Execução de FGC Brisa (Rodovia) – 72,19ha						BRISA			72.190,00 €		
d) Execução de FGC IP (Ferrovia) – 18,59ha						IP			18.590,00 €		
e) Execução de FGC REN Energia – 137,40ha						REN			137.400,00 €		
f) Execução de FGC REN Gasodutos – 6,06ha						REN - G			3.030,00 €		
g) Execução de FGC E-Redes – 58,60ha						E-Redes			58.600,00 €		
h) Execução de FGC Áreas edificadas (Aglomerados, edifícios isolados) – 243,22ha						Proprietários			243.220,00 €		
i) Execução de FGC Instalações diversas (Indústrias e equipamentos) – 7,93 ha						Proprietários			7.930,00 €		
TOTAL (€)									568.490,00 €		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).											
Ameaças: Proprietários não cumprirem com a lei.											
Resolução Geral: Fiscalização preventiva.											
Observações:											
- O valor médio de referência considerado foi de 1.000,00 €/ha, para a execução das faixas de gestão de combustível, excetuando-se as áreas associadas à rede de transporte de gás, para as quais o valor de referência, conforme indicado pela REN, corresponde a 500,00 €/ha. - Shapefile anual disponibilizada com este documento: RSFGC_MVFX_2026.shp. - No Anexo V.3 (Cartografia de Detalhe) consta o mapa referente a esta ficha de projeto (página 41).											

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM										2.2.2.1	
Objetivos - Promover a utilização da compostagem por parte dos proprietários, de forma otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural, em alternativa à queima de sobrantes. Principais resultados esperados - Aumento do número de propriedades agrícola a utilizar processo de compostagem que promovam preservação do espaço rural; - Redução de queimas e combustível sujeito a risco de incêndio nas áreas rurais.	Principais entidades envolvidas										
	R		Município								
	A		Comissão MUNICIPAL GIFR								
	S		AML, Proprietários privados, CCDR-LVT, Comissão SUB-REGIONAL GIFR								
	C		AML, APA, CCDR-LVT								
	I		Comissão SUB-REGIONAL GIFR								
	F		GNR, PSP								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 35.200,00 €											
Indicadores						Unidade		Meta			
1) Redução do N.º de pedidos de queimas						%		10/ano			
2) Redução do N.º de ignições						%		10/ano			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 – Alto (S4; P4) Ameaças: - Ausência de instrumentos de financiamento para implementar programa de compostagem. - Constrangimentos logísticos em todo o processo (recolha, transporte, entre outros). Resolução Geral: Reforço de instrumentos de financiamento.											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Criar programa de compostagem municipal								OM, outras			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x				x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Aquisição de unidade de compostagem (nível sub-regional)						POSEUR, FEDER, PO, FAEDER, FA, PRR		35.000,00 €			
TOTAL (€)								35.000,00 €			
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4). Ameaças:											

- As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto. - O Município de Vila Franca de Xira não tem áreas prioritárias, pelo que de acordo com as metas definidas nos pressupostos do PSA GIFR AML, pode condicionar a atribuição deste equipamento. Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											
Iniciativa n.º 2									Fonte Financiamento		
Incentivar a utilização de compostagem, no sentido da reutilização pelos proprietários dos sobrantes como matéria orgânica, divulgando os seus benefícios e apoios									OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x				x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo (€)		
a) Sensibilização da população através das redes sociais do Município							OM		200,00 €		
TOTAL (€)									200,00 €		
Gestão de risco da iniciativa											
Risco Total: 6 - Moderado (S3; P2).											
Ameaças: A esta data não se identificam ameaças.											
Resolução Geral: Não se aplica.											

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS										2.3.1.1
Objetivos - Rever e implementar as regras assegurando um equilíbrio entre o esforço e o risco subjacente aos territórios rurais em que se inserem. Principais resultados esperados - Aumento do número de privados que cumprem as regras de criação das redes de defesa fruto de um melhor alinhamento entre o esforço necessário e o risco de incêndio subjacente. - Reforço da proteção do território e edificado rural.	Principais entidades envolvidas									
	R	GNR								
	A	Comissão MUNICIPAL GIFR								
	S	Município, ICNF, Comissão SUB-REGIONAL GIFR, Proprietários privados								
	C	Município, Proprietários privados, PSP								
	I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR								
	F	GNR, PSP								
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC		
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 50.973,60 €										
Indicadores					Unidade			Meta		
1) N.º situações de incumprimento monitorizadas/sinalizadas					%			100		

2)	Taxa de cumprimento voluntário sobre o monitorizado	%	70								
3)	N.º autos por tipologia	%	30								
Gestão de risco do projeto Risco Total: 8 - Moderado (S2; P4) Ameaças: • Incumprimento das regras das de defesa pelos privados. • Falta de recursos humanos, para efetuar o levantamento das áreas integradas nas FGC's. Resolução Geral: • Articulação entre a GNR e os serviços municipais (GTF, Fiscalização Municipal) para maior sensibilização da população, para as obrigações legais de gestão de combustível. • Promoção da fiscalização preventiva para cumprimento voluntário e redução de levantamento de autos de contraordenação. • Reforço de meios humanos.											
Iniciativa n.º 1		Fonte Financiamento									
• Monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, aplicando as penalizações sempre que necessário e promovendo o aumento do cumprimento voluntário		OM, OE, FA									
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
	x	x	x								
Recursos											
Identificação do recurso		Origem do recurso	Custo (€)								
a) Notificação e fiscalização (Município)		Município	0,00 €*								
b) Fiscalização (1 patrulha GNR)		GNR	42.252,00 €								
c) 1 viatura da equipa de patrulha (GNR)		GNR	8.721,60 €								
TOTAL (€)			50.973,60 €								
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 12 - Elevado (S3; P4). Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto. Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											
Observações: 0,00 € * - Por definir.											

IV.3 – PROJETOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS							3.1.1.2.		
Objetivos - Disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes. Principais resultados esperados - Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil. - Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas. - Redução da área ardida resultante de queimas e queimadas.						Principais entidades envolvidas			
						R ICNF, Município			
						A ICNF, Município			
						S GNR, ANEPC, ICNF, BB			
						C ICNF, Município, IPMA			
						BB, ANEPC, Município, ICNF,			
						I GNR, Comissão SUB-REGIONAL GFR			
						F GNR, PSP			
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento global do projeto neste PME: 0,00 €									
Indicadores							Unidade	Meta	
1) Taxa de resposta aos pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas (Plataforma)							%	100%	
2) Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas (Presencial ou via telefone)							%	100%	
3) N.º acidentes em queimas e queimadas							N.º	0	
Gestão de risco do projeto:									
Risco Total: 8 - Moderado (S4; P2)									
Ameaças: Plataforma das “Queimas e Queimadas” não consegue frequentemente dar resposta aos pedidos de registo, quando o número de acessos é elevado.									
Resolução Geral:									
- Plataforma das “Queimas e Queimadas” ser alvo de reestruturação, por forma a conseguir dar resposta aos pedidos solicitados. - Sensibilização da população em geral para o usos alternativos à realização de queimas de sobrantes.									

Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo, privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma, através do apoio telefónico ou presencial							PDR, PRR, FA, OE, OM				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) Tarefa elaborada pelo Gabinete Técnico Florestal						Município		0,00 €			
TOTAL (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa:											
Risco Total: 8 - Moderado (S4; P2)											
Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto.											
Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE							3.2.1.2.		
Objetivos - Desenvolver ações de sensibilização para a população a nível local tendo em conta os seus fatores de risco mais relevantes, para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade. Principais resultados esperados - Implementação de comportamentos adequados da população, antes, durante e depois dos incêndios rurais críticas. - Diminuição do número de ocorrências e área ardida.					Principais entidades envolvidas				
					R Município				
					A Comissão MUNICIPAL GIFR				
					S AGIF, ICNF, AML, GNR, PSP, JF's				
					C Comissão MUNICIPAL GIFR				
					I AGIF				
					F Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
PLAN		PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento global do projeto neste PME: 4.750,00 €									
Indicadores						Unidade		Meta	
1) N.º ações de sensibilização locais						N.º		4	
2) N.º ações das redes sociais						N.º		4	
3) N.º de cidadãos abrangidos pelas iniciativas						N.º		3000	
Gestão de risco do projeto:									

Risco Total: 6 - Moderado (S2; P3)												
Ameaças:												
• Fraca adesão da população às ações de sensibilização. • Dificuldade em abranger todo o público-alvo.												
Resolução Geral:												
• Direcionar as ações de sensibilização para público-alvo definidos, de acordo com os fatores de risco mais relevantes, para adoção das melhores práticas associadas. • Envolver as forças de segurança e bombeiros em ações porta-a-porta, fortalecendo o relacionamento dos munícipes que vivem nas zonas rurais mais isoladas, aproveitando a sua ligação no âmbito das ações de proximidade e socorro, que realizam no seu dia-a-dia.												
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento				
• Ações de comunicação de proximidade nas comunidades para suporte dos projetos inscritos nos PSA, ações de sensibilização de proximidade junto das comunidades locais de maior risco								OM				
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
		x	x	x	x	x			x	x	x	
Recursos												
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]			
a) Comemoração do Dia da Floresta Autóctone, com a plantação de árvores autóctones						Município			350,00 €			
b) Ações de sensibilização: População rural “Porta-a-Porta”						Município			4.400,00 €			
c) Ação de sensibilização: População geral – Redes sociais						Município			0,00 €			
d) Atualizar o portal da internet do Gabinete Técnico Florestal						Município			0,00 €			
									Total (€)		4.750,00 €	
Gestão de risco da iniciativa:												
Risco Total: 6 - Moderado (S2; P3)												
Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto.												
Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.												
Observações:												
• As ações de sensibilização direcionadas à população escolar não foram contempladas nesta ficha, tendo sido integradas na ficha de projeto 3.2.2.1 Práticas Pedagógicas nos Ensinos Básico e Secundário para o Risco.												

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA										3.2.1.3	
Objetivos - Capacitar as entidades da administração central e local, a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades, em contexto de emergência. Principais resultados esperados - Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contexto de emergência, promovendo a melhor perceção da população sobre a severidade dos eventos, para adoção de comportamentos de segurança e de mitigação do risco.					Principais entidades envolvidas						
					R	Município					
					A	Comissão SUB-REGIONAL GIFR					
					S	Município, GNR, PSP, ICNF, BB, Centro de Formação (ENB), AML, JF					
					C	Comissão SUB-REGIONAL GIFR					
					I	Comissão SUB-REGIONAL GIFR					
					F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR					
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 1.741,67 €											
Indicadores					Unidade		Meta				
1) N.º elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência					N.º		1 representante institucional/entidade				
2) N.º entidades capacitadas para comunicar em contexto de emergência					N.º		19				
Gestão de risco do projeto Risco Total: 8 - Moderado (S2; P4) Ameaças: Ausência de instrumentos de financiamento. Resolução Geral: Reforço de instrumentos de financiamento.											
Iniciativa n.º 1							Fonte Financiamento				
• Organizar sessões de capacitação das várias entidades							OM, OE, PRR				
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		x	x	x							
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo (€)			
a) 1 representante institucional do Município para curso de formação media training em comunicação em situação de emergência						PRR, PO		1 x 91,67 € = 91,67 €			
b) 1 representante institucional por Junta de Freguesia (6) para curso de formação media training em comunicação em situação de emergência						PRR, PO		6 x 91,67 € = 550,00 €			
c) 1 representante institucional por Corpo de bombeiros existente no Município (6), para curso de formação media training em comunicação em situação de emergência						PRR, PO		6 x 91,67 € = 550,00 €			

d)	1 representante institucional por Posto Territorial da GNR existente no Município (2), para curso de formação media training em comunicação em situação de emergência	PRR, PO	2 x 91,67 € = 183,33 €
e)	1 representante institucional por esquadra da PSP existente no MUN (4), para curso de formação media training em comunicação em situação de emergência	PRR, PO	4 x 91,67 € = 366,67 €
TOTAL (€)			1.741,67 €
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 8 - Moderado (S2; P4). Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto. Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.			
Observações: Valor de referência da ANEPC é de 1.100,00 € por ação, para 12 formandos.			

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO								3.2.2.1
Objetivos Sensibilizar e educar os alunos dos ensinos básico e secundário para a adoção de comportamentos responsáveis no âmbito da valorização dos recursos florestais e ensinar como agir em situações de incêndio (autoproteção).				Principais entidades envolvidas				
Principais resultados esperados - Aumento da educação da população mais jovem para os perigos de incêndio e adoção de comportamentos responsáveis. - Aumento da integração de boas práticas no seu quotidiano e educação aos adultos / família / comunidade. - Enriquecimento e coesão do plano nacional de educação incluindo os temas do risco do fogo.				R Município				
				A Comissão MUNICIPAL GIFR				
				S AGIF, ICNF, GNR, AML, DGEST, AE				
				C Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
				I AGIF, AML				
				F Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME (€): 4.350,00€								
Indicadores					Unidade		Meta	
1) N.º de alunos participantes, por ciclo de ensino em iniciativas orientadas para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da Floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas					N.º		50	
2) % de Escolas/Agrupamentos de escolas que desenvolvem iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais					%		2	

Gestão de risco do projeto Risco Total: 8 - Moderado (S2; P4) Ameaças: - Ausência de instrumentos de financiamento. - Falta de recursos humanos para desenvolver estas ações. Resolução Geral: Reforço de instrumentos de financiamento.											
Iniciativa n.º 1										Fonte Financiamento	
Formar e sensibilizar a comunidade escolar, especialmente os professores e os alunos para os valores de uso direto e indireto da floresta em Portugal, para as características deste ecossistema e as suas vulnerabilidades atuais face a mudanças sociais, económicas e climáticas acentuadas										OM, OE, outras que venham a ser disponibilizadas	
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x					x	x	
Recursos											
Identificação do recurso								Origem do recurso		Custo (€)	
a) Comemoração do Dia Mundial da Floresta								OM		350,00 €	
b) 4 Sessões para o 1º ciclo, integrado no Projeto Municipal "Proteção Civil vai à Escola"								OM		4.000,00 €	
TOTAL (€)										4.350,00 €	
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 8 - Moderado (S2; P4). Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto. Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											

IV.4 – PROJETOS DE GESTÃO EFICIENTE DO RISCO



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)							4.1.2.1.				
Objetivos - Constituir a Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Vila Franca de Xira (Comissão MUNICIPAL GIFR), de forma a assegurar coordenação entre as diferentes entidades no âmbito do SGIFR, com foco ao nível municipal, para garantir a execução do programa. Principais resultados esperados - Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades.					Principais entidades envolvidas						
					R	Município					
					A	Comissão MUNICIPAL GIFR					
					S	Comissão MUNICIPAL GIFR, AGIF					
					C	AML					
					I	AGIF, AML					
F	Comissão SUB-REGIONAL GIFR										
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €											
Indicadores					Unidade			Meta			
1) Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Concluído)					Nº			1			
2) N.º reuniões da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais					Nº			4			
Gestão de risco do projeto: Risco Total: 4 - Baixo (S4; P1) Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. Resolução Geral: Não se aplica.											
Iniciativa n.º 1					Fonte Financiamento						
• Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Concluído)					Orçamentos próprios das Entidades envolvidas						
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		x			x			x			x
Recursos											
Identificação do recurso					Origem do recurso			Custo [€]			

a) Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	0,00 €
b) Instalações	Município	0,00 €
c) Secretariado técnico	Município	0,00 €
Total (€)		0,00 €
Gestão de risco da iniciativa: Risco Total: 4 - Baixo (S4; P1) Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. Resolução Geral: Não se aplica.		
Observações: A Comissão MUNICIPAL GIFR de Vila Franca de Xira é apoiada no desenvolvimento da sua atividade por um secretariado técnico, assegurado pelo Gabinete Técnico Florestal do Município de Vila Franca de Xira.		

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO								4.1.2.3.	
Objetivos - Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR), a nível municipal. Principais resultados esperados - Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto do PME ajustado à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado.					Principais entidades envolvidas				
					R Município				
					A Comissão MUNICIPAL GIFR				
					S Comissão MUNICIPAL GIFR, AGIF				
					C Comissão SUB-REGIONAL GIFR, OPF`s				
					I AGIF, AML				
					F Comissão SUB-REGIONAL GIFR				
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00 €									
Indicadores					Unidade		Meta		
1) PME aprovado					Nº		1		
2) Parecer emitido em relação ao PME					Nº		1		
3) PME monitorizado					Nº		1		
4) % de execução do PME					%		20 %		
5) % de execução financeira do PME					%		20 %		
Gestão de risco do projeto:									
Risco Total: 12 - Elevado (S4; P3)									
Ameaças:									
Ausência de contributos das entidades com responsabilidade no SGIFR.									

- Ausência de instrumento de financiamento para executar o PME de Vila Franca de Xira. - Falta de recursos humanos para implementar o PME de Vila Franca de Xira. Resolução Geral: Identificação adicional de fontes de financiamento.											
Iniciativa n.º 1									Fonte Financiamento		
Elaborar e rever o PME, reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas									Orçamentos Próprios das entidades Envolvidas		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x						
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
a) Gabinete Técnico Florestal						Município			0,00 €		
b) Representantes das entidades na Comissão MUNICIPAL GIFR e do SGIFR						Entidades SGIFR			0,00 €		
Total (€)									0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa:											
Risco Total: 8 - Moderado (S4; P2)											
Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto.											
Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											
Observações:											
Iniciativa n.º 2									Fonte Financiamento		
Executar o PME no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR)									Orçamentos Próprios das entidades envolvidas		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso			Custo [€]		
a) Representantes das entidades do SGIFR						Entidades SGIFR			0,00 €		
Total (€)									0,00 €		
Gestão de risco da iniciativa:											
Risco Total: 8 - Moderado (S4; P2)											
Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto.											
Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											
Iniciativa n.º 3									Fonte Financiamento		

• Monitorizar a execução do PME, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos									Orçamentos Próprios das entidades Envolvidas		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
a)	Gabinete Técnico Florestal					Município		0,00 €			
b)	Representantes das entidades na Comissão MUNICIPAL GIFR e do SGIFR					Entidades SGIFR		0,00 €			
Total (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa:											
• Risco Total: 12 - Elevado (S4; P3)											
Ameaças: As ameaças referidas para a gestão do risco do projeto.											
Resolução Geral: A resolução referida para a gestão do risco do projeto.											
Iniciativa n.º 4									Fonte Financiamento		
• Transpor o PME para o PDM									OM		
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
a)	Gabinete Técnico Florestal					Município		0,00 €			
b)	Representantes das entidades na Comissão MUNICIPAL GIFR e do SGIFR					Entidades SGIFR		0,00 €			
Total (€)								0,00 €			
Gestão de risco da iniciativa:											
• Risco Total: 16 - Alto (S4; P4)											
Ameaças: Atraso no processo de revisão do PDM de Vila Franca de Xira, que já se encontra a decorrer.											
Resolução Geral: Capacitar os técnicos do GTF.											

V- ANEXOS

V.1- PROJETOS SEM DECLINAÇÃO MUNICIPAL

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que para áreas com cadastro o projeto BUPI não é aplicável.	
PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que incide sobre os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis, e a sub-região não tem estes territórios.	
PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM	1.2.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que incidiu sobre os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis, e a sub-região não tem estes territórios.	
MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS	1.2.2.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não existem áreas elegíveis no município, de acordo com a classificação determinada a nível sub-regional.	
PATRIMÓNIO FLORESTAL COM GESTÃO CERTIFICADA NUMA ÓPTICA DE CIRCULARIDADE	1.2.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque se aplica a áreas de gestão pública e baldios, sem incidência no território municipal.	
DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL	1.2.2.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não foi considerado prioritário.	

MULTIFUNCIONALIDADE DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS	1.2.2.5.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não foi considerado prioritário.	
AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS	1.2.3.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)	2.1.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que incidiu sobre os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis, e a sub-região não tem estes territórios.	
GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS	2.1.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a nível do PSA AML não foi definida área piloto ao qual se aplica o projeto.	
ESTABELECE E OPERACIONALIZAR O SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque se aplica ao apenas ao nível sub-regional.	
GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional por desadequação deste território a este tipo de estrutura de resiliência.	
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o PSA AML não define AEMGC, para o concelho de Vila Franca de Xira.	
PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR	2.2.1.5.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o PSA AML define como áreas de elevado valor os territórios classificados como Regime Florestal ou Áreas Classificadas. Embora a Reserva Natural do Estuário do Tejo e a Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo, intersemem parcialmente o concelho de Vila Franca de Xira, estas correspondem a habitats estuarinos.	

GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS	2.2.1.6.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, a nível sub-regional não foi ainda definido o mapeamento das galerias ripícolas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais, nem foram estabelecidas as respetivas normas técnicas de atuação.	
PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS	2.2.1.7.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a nível sub-regional não foram ainda identificadas áreas potenciais para a prática da pastorícia, para o território municipal.	
USO DO FOGO COMO GESTÃO ESTRATÉGICA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL	2.2.1.9.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o Município de Vila Franca de Xira, não tem Plano de Fogo Controlado.	
PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA	2.2.2.2
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a nível sub-regional foi definido o local de implementação da central térmica, fora do território municipal.	
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS	2.3.1.2
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a nível sub-regional não foram ainda identificadas as áreas 5 áreas piloto.	
PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS”	2.3.1.4
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o programa “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”, não se encontra implementado no Município de Vila Franca de Xira.	
MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS	3.1.1.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E LOCAIS CRÍTICOS	3.1.2.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a monitorização da coordenação das ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas, é de âmbito sub-regional.	

PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS	3.1.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a presença das FFAA no território da AML, numa perspetiva dissuasora e de vigilância, é de âmbito sub-regional.	
REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS	3.1.2.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a monitorização da coordenação sub-regional da eficiência do Sistema Integrado de Vigilância, é de âmbito sub-regional.	
INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS	3.1.3.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a identificação das principais causas de incêndio da região e a monitorização da evolução dos incêndios por causa, é de âmbito sub-regional.	
COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO	3.2.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque é ao nível sub-regional que é efetuado o levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco.	
FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO	3.2.1.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque é de âmbito sub-regional.	
SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO	4.1.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o projeto é de declinação direta para a sub-região.	
PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA	4.1.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o dimensionamento do sistema é elaborado ao nível nacional, com auscultação regional e sub-regional, sendo posteriormente dado conhecimento às Entidades Intermunicipais e municípios.	

NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS	4.1.2.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a auscultação do município é realizada no nível da sub-região, onde existe a monitorização e adequação da aplicação das normas técnicas e diretivas operacionais.	
ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL	4.1.3.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação (PRA e PSA), não detendo uma componente operacional no município.	
SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	4.2.2.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a monitorização e avaliação das equipas é realizada ao nível sub-regional, de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional/regional/sub-regional.	
SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS	4.2.2.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque as entidades que integram o SGIFR são beneficiárias a nível regional e sub-regional, e não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das Lições Aprendidas e promoção da utilização da capacidade.	
IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO	4.3.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque o modelo organizativo está já em aplicação generalizada, pelo que o conceito de área piloto experimental (Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março) se vê esgotado no tempo. Neste contexto, estando o objetivo esgotado, não serão criados projetos piloto adicionais.	
GESTÃO DA SUPRESSÃO	4.3.2.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data porque a identificação de lacunas na sub-região de meios e recursos, que garantam a proficiência na gestão da resposta na supressão e socorro, é do âmbito sub-regional, através da ANEPC.	

IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR	4.4.1.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME porque está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação. Tendo por base o universo potencial de formandos, a formação é organizada numa lógica Nacional e Regional, as Entidades Intermunicipais e municípios serão beneficiários.	

V.2 – MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Avaliação de risco dos Projetos:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

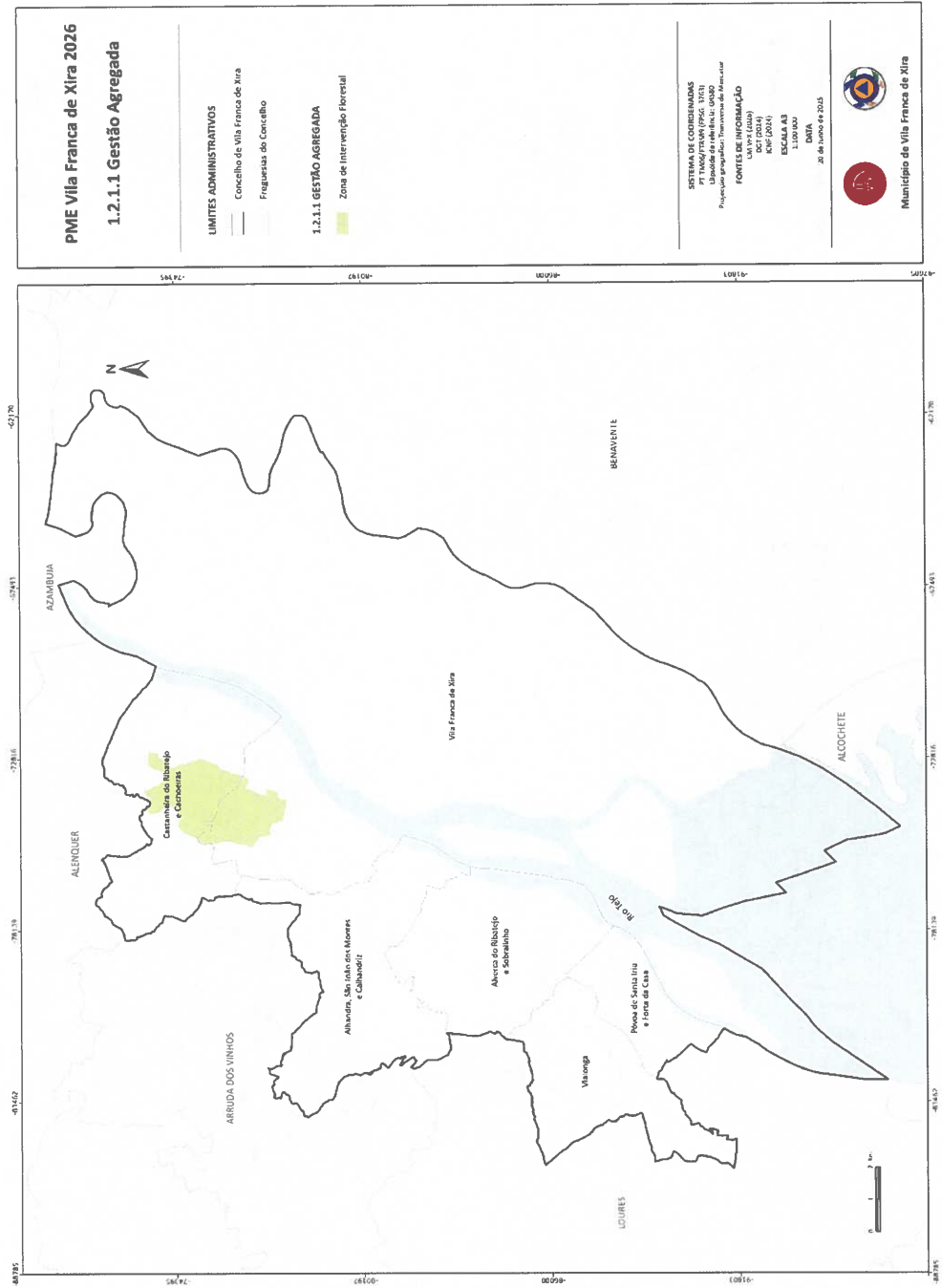
Avaliação de risco das Iniciativas:

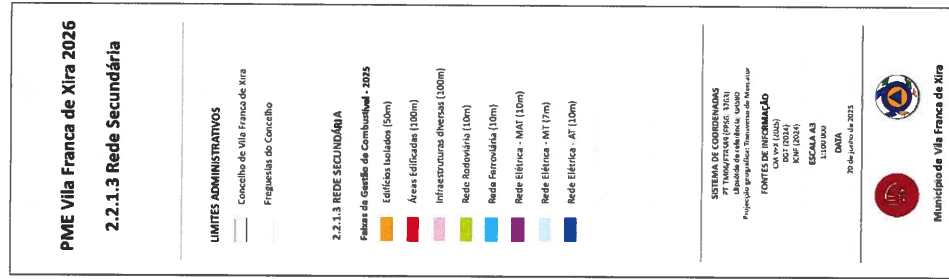
Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).

<u>Severidade</u> Probabilidade	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase Certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

V.3 – CARTOGRAFIA DE DETALHE





V.4 – GLOSSÁRIO

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

a. Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PSA é efetuada com a instituição de um modelo RASCIFAA de acordo com a codificação abaixo.

Código	O que significa
EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
	Responsável
R	A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
	Aprova
A	A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
	Suporta
S	As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
	Consulta
C	As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
	Informa
I	As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
	Fiscaliza
F	A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.

b. Fase do projeto

Código	O que significa
PLAN	Planeamento
PREP	Preparação
PREV	Prevenção
PRES	Pré-Supressão
SUPR	Supressão
POSE	Pós-Evento
GOVE	Governança
QUAL	Qualificação
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação

c. Entidades envolvidas

Entidade	Definição
AE	Agrupamento de Escolas
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
BB	Bombeiros
BRISA	Brisa, Autoestradas de Portugal
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CIM	Comunidade Intermunicipal
DGEstE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGT	Direção-Geral do Território
E-REDES	Distribuição de Energia Elétrica em Portugal
GNR	Guarda Nacional Republicana
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IP	Infraestruturas de Portugal
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
JF	Juntas de Freguesia
OPF	Organizações de Produtores Florestais
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
REN	Redes Energéticas Nacionais
ZIF	Zona de Intervenção Florestal

d. Outras siglas

Entidade	Definição
AIGP	Áreas Integradas de Gestão da Paisagem
APPS	Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança
ASPS	Aldeia Segura Pessoas Seguras
BUPI	Balcão Único
CM	Câmara Municipal
CMGIFR	Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais
CPA	CPA Código do Procedimento Administrativo
CSubR GIFR	Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
FGC	Faixas de Gestão de Combustíveis
GIFR	Gestão Integrada de Fogos Rurais
GOP	Grandes Opções do Plano
GTF	Gabinete Técnico Florestal
MARQ	Mecanismo de Apoio à Realização de Queimadas
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OE	Orçamento do Estado
OM	Orçamento Municipal
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PIF	Planos de Intervenção Florestal
PNA	Programa Nacional de Ação
PNGIFR	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
PO	Programas Operacionais
PRA	Programa Regional de Ação
PRGP	Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem
PROF	Programa Regional de Ordenamento Florestal
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSA	Programa Sub-Regional de Ação
RVDI	Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios
SGIFR	Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil

